



São Paulo, 30 de março de 2020

Ao Exmo. Presidente do Banco Central, Dr. Roberto Campos Neto

Ref.: A crise do COVID-19 e os fortes impactos no varejo nacional

Reconhecemos todos os esforços que o governo federal tem feito para conter a propagação do COVID – 19 para, como bem destacou o Ministro Paulo Guedes, não “deixar nenhum brasileiro para atrás”. Num momento de imensas pressões, é importante termos claro o que não está em discussão.

As medidas de saúde pública exigem, simultaneamente, **medidas de natureza econômica**, a fim de evitar um colapso do setor produtivo, agravando ainda mais o quadro de saúde da população, especialmente daqueles de baixa renda e sem poupança para fazer frente a paralisia da economia. Nesta crise sanitária, o desafio do governo, além de salvar vidas, deve ser a manutenção da renda da população e, conseqüentemente o emprego.

Os setores de **comércio e serviços**, que representam mais de **5 milhões de negócios** no país, sendo responsáveis por cerca de **70% do PIB** e mais de **26 milhões de empregos diretos (com carteira assinada)**, são, sem dúvida, agentes crítico nesta crise, não só pelo impacto profundo em suas atividades, mas por serem um eixo de sustentação econômica e social para os todos municípios do país.

A **1. Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE)** – setor que reúne 577 shoppings e 105 mil lojistas; **2. Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV)** – que reúne as maiores empresas de varejo do país, como Magazine Luiza, Centauro, Renner, Riachuelo, entre outras; **3. Associação Brasileira de Franchising (ABF)** – com mais de 1.100 marcas e 161 mil postos de venda; **4. Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL)** – que reúne mais de 1.500 Câmaras de Dirigentes Lojistas, 450 mil empresas e mais de 1 milhão de pontos de venda; e **5. Confederação das Associações Comercial e Empresariais do Brasil (CACB)** – que reúne mais de 2.300 Associações Comerciais e 2 milhões de empresários, estão em **diálogo permanente** para mensurar os impactos e buscar meios de evitar um colapso das pequenas e médias empresas e dos milhões de empregos que dependem da cadeia varejista.

Nos questionamos sobre o prazo que os empregadores conseguirão sustentar a folha de pagamento, além dos custos com matéria prima, aluguéis, fornecedores, impostos e taxas e as obrigações com folha. É preciso **liberar recursos para a população, usando as verbas consideradas no orçamento da União dirigidas à proteção do emprego**, bem como os que deverão ser utilizados nas atividades operacionais das empresas, visando a manutenção dos postos de trabalho.

É preciso oferecer **alicerces para sustentação desses negócios** e pessoas que dependem destas atividades, com o propósito de buscar **garantir crédito para o varejista** que está impedido de produzir e que já sente os impactos no negócio. **Agilidade** nesse momento é fundamental, e, para isso, se faz



necessário que o **processo de concessão seja automático**, garantindo o recurso a quem precisa de maneira rápida e sem burocracia.

Vimos requerer medidas que possam preservar a sobrevivência dos pequenos e médios varejistas:

1. *Sugerimos a **utilização da estrutura dos adquirentes de cartão de crédito**, viabilizando a concessão via operadoras, com taxas mais baixas das praticadas tradicionalmente em suas transações, visto que o crédito precisa chegar rapidamente ao pequeno e médio empresário. A proposta visa garantir crédito ao empreendedor e maior liquidez para atender suas necessidades, sem dependência de aprovação pelos bancos, de modo que a morosidade inerente à concessão não prejudique o processo, ficando o **Tesouro e/ ou BNDES com 100% dos riscos das operações de crédito, como forma de acelerar e desburocratizar ao acesso ao crédito**. Propomos antecipar o recebível para o lojista, flexibilizando o prazo de repasse do dinheiro, garantindo fôlego ao negócio.*
2. *Solicitamos atenção a despeito das medidas de **injetar liquidez** no sistema financeiro nacional, pois observa-se o aumento expressivo das taxas, com médias **superiores a 50%** e, alguns casos **superiores a 70%**, em operações habituais do varejo, tais como de capital de giro, conta garantida, antecipação de recebíveis, risco sacado, empréstimos 4131, entre outras operações. Entendemos que num momento de crise, as **medidas adotadas pelo Bacen devam caminhar juntas com as instituições financeiras**.*
3. *Solicitamos a criação de **linhas de crédito específicas para o varejo e para o setor de franquias**, a ser utilizada como capital de giro, a ser paga em 60 meses, com carência de 24 meses para o início dos pagamentos e juros reduzidos;*
4. *Solicitamos a criação de outras linhas de crédito a serem acessadas após o término da crise, de modo a possibilitar o investimento no negócio e a **retomada de sua atividade**;*
5. *Por fim, solicitamos a **liberação dos recursos do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas mantidos junto ao SEBRAE para utilização como capital de giro por micro e pequenas empresas que operem no varejo e no setor de franquias**.*

Juntos, atravessaremos este período ímpar com fôlego para cuidar das cicatrizes e voltar a fazer o país crescer.

Glauco Humai
Presidente - ABRASCE

Marcelo Silva
Presidente - IDV

Andre Friedheim
Presidente - ABF

José César da Costa
Presidente - CNDL

George Pinheiro
Presidente - CACB